

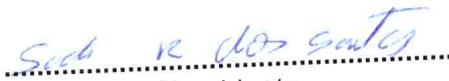
ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Sadi Ribeiro Dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado na Comunidade de Linha Manjolinho no Município de São Bernardino, SC, Presidente da Associação Agrícola Linha Manjolinho, CNPJ nº. 46.023.584/0001-11, declaro para os devidos fins que sou responsável pelo recebimento, aplicação e futura prestação de contas do óleo diesel solicitado por esta entidade no prazo pactuado no termo de Parceria.

Para maior clareza firmo a presente.

São Bernardino - SC, 20 de Abril de 2022.


.....
Presidente
SADI RIBEIRO DOS SANTOS

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL

Eu, Sadi Ribeiro Dos Santos, brasileiro, residente e domiciliado na Comunidade de Linha Manjolinho, no Município de São Bernardino, SC, Presidente da Associação Agrícola Linha Manjolinho, CNPJ nº. 46.023.584/0001-11, venho por meio deste, declarar que a entidade está apta para executar o objeto e atingir a sua finalidade, conforme documentos em anexo.

São Bernardino - SC, 20 de Abril de 2022.



.....
Presidente
Sadi Ribeiro dos Santos

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DAS VEDAÇÕES

Na qualidade de representante legal da Associação Agrícola Linha Manjolinho, declaro para os devidos fins de comprovação junto à concedente, para os efeitos e sob as penas da lei, que esta proposta:

- É apresentada por organização da sociedade civil com constituição jurídica e sem fins lucrativos.
- Não possui qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento municipal, para aplicação na forma prevista no Termo de Fomento.

Declaro ainda que a entidade proponente não se enquadra em nenhuma das vedações abaixo:

- Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
- Entidades integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outras);
- Instituições que estejam em mora, inadimplentes com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, em conformidade com a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, Estadual e Municipal;
- Entidade que tenha sido punida com uma das sanções previstas no art. 39, V, da Lei 13.019/2014, pelo período que durar a penalidade;
- Entidades privadas que possuam dentre seus dirigentes membros do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas da União, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau; ou servidores públicos vinculados a órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
- Órgãos ou instituições públicas federais, distritais, estaduais e municipais;
- Entidade que tenha entre seus dirigentes pessoa:
- Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou
- Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Para maior clareza, firmo a presente.

São Bernardino – SC, aos 20 de Abril de 2.022.



Sadi Ribeiro dos Santos

CPF: 028.616.029-37